



Calidoscópio

E-ISSN: 2177-6202

calidoscopio@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

de Vogué, Sarah
A língua entre cognição e discurso
Calidoscópio, vol. 11, núm. 2, mayo-agosto, 2013, pp. 214-221
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=571561784004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Sarah de Vogué¹
devogue@u-paris10.fr

A língua entre cognição e discurso²

Language: between cognition and discourse

RESUMO - Este artigo propõe-se a examinar o papel da linguagem e das línguas na elaboração da cognição e dos discursos, mais precisamente, a examinar se a estrutura da língua seria ou não determinada pelas estruturas gerais da cognição ou se existiria ou não língua fora do discurso. Propõe-se ainda a recuperar a tese saussuriana da autonomia da linguística, evidenciando uma relação dialética entre língua, discurso e cognição: de um lado, a língua determina o discurso e constrói saber, de outro, encontra-se afetada pelos discursos, pelas contextualizações e pelos saberes dos quais estes discursos procedem. Mostramos esta dialética em jogo nos enunciados, que determinam o discurso e são por ele determinados, e nas próprias palavras, que determinam discursos e saberes ao mesmo tempo em que são efeitos de discursos e reflexos de saberes, o que faz com que a terminologia seja, esta também, externa e interna à língua.

Palavras-chave: relação linguagem-cognição, relação língua-discurso, enunciado, léxico.

ABSTRACT - This article examines the role of language in the structure of cognition and discourse. More precisely, it seeks to investigate whether language structure is determined by general structures of cognition, or whether language may actually exist apart from discourse. It starts by resuming Saussure's linguistic autonomy, and moves on to establish a dialectic relation between language, discourse, and cognition. It exploits authors who argue that language determines discourse and builds knowledge whereas it is also influenced by the same discourse and context, and the knowledge from which they arise. This dialectic is shown and questioned in utterances, which determine discourse and are by it determined, and even in words, which determine discourse and knowledge while being an effect of this very discourse and knowledge. This discussion will lead to interpret that terminology might also be within and external to language.

Keywords: language-cognition, language-discourse, utterance, lexis.

A estrutura das línguas é determinada pelas estruturas gerais da cognição ou é, de algum modo, autônoma? A língua pode ser separada do discurso ou está inteiramente integrada nas configurações discursivas que a organizam? Examinamos, aqui, as relações que unem, de um lado, linguagem e cognição, de outro, língua e discurso: relações complexas que não deixam de lembrar as histórias do ovo e da galinha, quando não se pode decidir quem vem antes ou depois. Tais questões nos conduzem a relembrar os diferentes momentos em que são línguas e linguagem que determinam elaborações cognitivas e discursivas, tanto em suas formas quanto em suas modalidades. No âmbito da reflexão sobre o papel e o lugar do estudo da linguagem no seio das ciências humanas e sociais que essa sessão do Congresso MSHS³ se propõe a retomar, argumentamos em favor de ciências da linguagem autônomas, para além da diversidade de abordagens que o plural recobre: ciências da linguagem capazes de ali-

mentar a compreensão das estruturações cognitivas, bem como a das dinâmicas singulares e igualmente sociais dos discursos que os seres humanos produzem.

Para entender algo nessa história do ovo e da galinha, é necessário, antes da mais nada, retomar o que estava no fundamento da linguística para Saussure, e isso justamente quando ele buscava fundar o que anunciaava como uma nova ciência, em ruptura com as diversas elaborações sobre a linguagem que o precederam: a afirmação de que o sistema constituído por cada língua é, ao mesmo tempo, independente de todo sistema cognitivo exterior e dos discursos que permite elaborar.

Essa autonomia primeira da língua, é o arbitrário do signo, ainda que se possa perguntar se se trata de uma autonomia com relação à cognição ou com relação aos saberes, ao pensamento, à cultura, e se isto dá no mesmo. Antes dessa ruptura saussuriana, podia se pensar que a língua era motivada. Saussure nos diz que ela não é o

¹ Docente da Universidade de Paris Ouest, Nanterre. Email: devogue@u-paris10.fr

² Tradução do artigo "La langue entre cognition et discours" por Márcia Romero, docente da Universidade Federal de São Paulo. Email: marcia.romero@unifesp.br. Texto originalmente publicado em CHUQUET, J., ALAMARGOT, D., CHUQUET, H. (Ed.) (2011) *Le langage et ses niveaux d'analyse: Cognition, production de formes, production du sens*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes. p.33-44.

³ Nota do Trad. *Maison des Sciences de l'Homme et de la Société de Poitiers*.

reflexo de diferenças culturais, nem de diferenças cognitivas. Por exemplo, argumento conhecido nesse tipo de discussão, as diferenças entre sistemas de cor de uma língua a outra: em russo, dois nomes de cor que poderiam ser traduzidos por *bleu* [azul] não são, por conta disso, o reflexo de uma diferença cognitiva entre locutores russos e locutores franceses; não há, portanto, fundamento cognitivo nesta oposição linguística entre dois nomes, mas, sobretudo, a relação inversa, se de fato a presença de dois nomes na língua pode ter efeitos culturais. Certo, essa autonomia da linguagem com relação ao cognitivo pode apresentar exceções (ver os múltiplos nomes para a neve em determinadas línguas, que seriam o reflexo de diferenças cognitivas), mas a tese do arbitrário confere a tais exceções um estatuto marginal.

No mesmo gesto, Saussure marca também a separação da língua e da fala, e, portanto, também, para o que nos interessa, da língua e do discurso, e sustenta que, da língua, ninguém é senhor, enquanto que da fala, o locutor seria (um pouco) o senhor. Aqui, ainda, a língua preexistiria ao discurso, no sentido em que discorrer, é se apropriar de uma língua que já está posta, anteriormente a mim, a você, ao agora e ao que tenho vontade de te dizer nesse momento: a língua excede o eu, tu, aqui, agora, o que a diferencia de outros modos de comunicação, por gestos ou outros signos, em que poderíamos considerar que os signos tenham sido construídos *no* intersubjetivo e *no* aqui-agora das trocas ocorridas.

Essas duas teses, arbitrário do signo e separação entre língua e fala, das quais parte sempre a reflexão linguística na tradição francesa – talvez erroneamente, mas é assim – devem ser relembradas no debate entre língua, cognição, discurso, porque têm seu peso de verdade, mesmo se esta verdade é parcial e se foi contestada.

Contra essas teses, houve argumentos famosos. Estes também têm seu peso de verdade: estão estabelecidos sobre um determinado número de fatos empíricos, enquanto tais incontestáveis, e que são, ademais, constitutivos de corpos de doutrinas linguísticas cuja importância é considerável na história contemporânea do pensamento sobre a linguagem. Em particular, esses fatos servem de fundamento, uns, para o desenvolvimento do corpo de doutrinas que é o da análise do discurso, outros, a toda uma parte do que se elaborou sob a bandeira da linguística cognitiva.

Vejamos primeiro o tipo de fato que inverte a relação língua/discurso: trata-se, em particular, de todos os fatos de ambiguidade, mas também dos fatos de polissemia, que sabemos que aparecem em massa nas línguas;

esses fatos parecem significar que o valor dos enunciados ou então o das unidades dependem fundamentalmente do contexto no qual esses enunciados e essas unidades se encontram, e, logo, do discurso no qual se inscrevem.

Pode-se, por exemplo, considerar a sequência (1) *Tu as déjà fait la vaisselle* [Você já lavou (a) louça], analisada por Jean-Jacques Franckel (1989) e que é compatível com um número importante de variações de sentido que dizem respeito tanto a *déjà* quanto ao *passe composé*⁴ ou ao enunciado como um todo: segundo o contexto e a prosódia, (1) é compatível com diversas explicitações, cada uma o envolvendo em uma interpretação diferente: *Uma vez na vida/ Você foi mais rápido do que o esperado/ Eu é que devo fazer isso/ Você pode agora fazer a limpeza/ Faltam as compras e a limpeza/ Você não vai também cozinhar...* Um exemplo como este tende, de fato, a mostrar que o valor dos enunciados depende crucialmente do discurso: é o discurso, no caso, a situação na qual o discurso se insere, que determina a língua.

Tenir, outro exemplo, em (2) *Ça tient* dá, entre outras possibilidades, tanto *Cabe*, *Tem lugar*, quanto *Não vai cair*, o que é bem diferente e depende do referente ao qual remete *ça* (“sardinha” ou “quadro”) e de onde se pode caber ou ficar (“lata” ou “prego”)⁵. Da mesma forma, *monter*, estudado por Cadiot e Lebas (2003) e também por Jalenques (2009), indica um movimento em direção ao alto em *monter l'escalier* [subir a escada], mas não necessariamente em *monter um armoire*, este último exemplo podendo fazer referência a um armário desmontado que deve, por sua vez, ser montado.

Vê-se bem como tais argumentos podem ser utilizados para dizer que o discurso funda a língua.

Outro tipo de argumento consiste em dizer que cada um dos valores está inscrito no que se pode descrever como “construções semióticas” – construções de discurso e construções sociais. O exemplo (1) pode ser retomado nesse ponto: ele não pode ser compreendido a não ser em relação com esta estrutura social completamente particular que se desenha em torno da operação “louça” e o que a cerca: as relações entre homens e mulheres, a organização da estrutura familiar, a organização das refeições e das modalidades de consumo da comida, a ordem – o limpo e o sujo –, as tarefas de casa etc. Dificilmente, pode-se descrever cada um dos valores indicados acima sem se levar em conta a construção do discurso social em torno dessa noção de “louça”. Isso quer dizer que essa construção social tem, ela também, um efeito sobre a língua: a língua depende, portanto, em outro sentido do discurso.

⁴ Nota do Trad. Traduzido pelo emprego do pretérito perfeito do indicativo.

⁵ Nota do Trad. O autor faz referência ao fato de que “Ça tient” pode significar “Cabe” (e, aqui, “ça” remete, entre outros referentes, à sardinha que cabe em uma lata), como pode significar “Está seguro, não cai” (e nesse caso, “ça” remete ao quadro que, colocado na parede, está bem preso). Para análise de *Ça tient*, ver Franckel, 2011, “Da interpretação à glosa: por uma metodologia da reformulação”, em DE VOGUÉ, S., FRANCKEL, J.-I., PAILLARD, D. *Línguagem e enunciação: representação, referenciamento e regulação*, Organização de textos e de tradução por Márcia Romero e Milenne Biasotto-Holmo, São Paulo, Contexto, 2011.

Esse tipo de argumento tem levado por vezes a posições extremamente radicais, por exemplo, a sustentar que a língua não existe: um autor como Bourdieu (1982) fundamentou-se em argumentos dessa natureza para sustentar que não há língua fora dos discursos que a inventam (Kerleroux, 1984). A linguística interacionista (Kerbrat-Orecchioni, 1990) denota, sobre esse assunto, uma posição equivalente ao defender que tudo se constrói em interação e que não há língua fora dessa interação (não se pode falar de “imperfeito” por si só etc.). Em outro campo, o segundo Wittgenstein (o das *Investigações* e o da *Certeza*) mantém as mesmas posições: não há língua, há apenas empregos.

Do lado, agora, das contestações das teses saussurianas que dizem respeito à relação entre língua e pensamento, tem-se um consenso que parece agrupar uma parte importante das correntes da linguística cognitiva, consenso para o qual a língua seria um reflexo da cognição. É, em todo caso, a opinião de A. Cruse:

O que reúne os linguistas cognitivistas, apesar das importantes diferenças de opinião, é o costume de considerar os fatos do domínio linguístico como reflexos de fatos do domínio cognitivo e como motivados pela natureza, pelas estruturas e pelos processos da cognição geral. (Cruse, 1986, p.93)

É exatamente esta a posição sustentada por Cadot e Lebas (2003) a respeito de *monter*: na ótica dos autores, se este verbo é ambíguo, é porque, de um ponto de vista cognitivo, há uma proximidade efetiva (ver o detalhamento da análise proposta) entre o que se faz quando se monta um armário que está desmontado e o que se faz quando se escalam os degraus de uma escada. É a cognição que explica, aqui, os fatos de língua.

Se é preciso considerar essas inversões, de um lado, da relação língua/discurso, de outro, da relação língua/cognição, é necessário considerá-las pelo que são: verdades, sem dúvida, mas tal como as teses saussurianas, verdades apenas parciais. Deve-se, com efeito, considerar outros fatos empíricos que, quanto a eles, militam em favor das teses saussurianas. Em outras palavras, a relação da galinha ao ovo deve se inverter, com a língua como fonte de determinação, ao menos parcial, do discurso e a linguagem como lugar de elaboração cognitiva ao invés de reflexo de elaborações cognitivas constituídas independentemente.

Esses outros fatos empíricos não são detalhes e fundaram corpos de doutrina tão consideráveis quanto as que acabaram de ser rapidamente evocadas: no caso, nada menos do que o distribucionalismo, mas também, em um domínio bem diferente, todo o campo do que Culíoli e depois Ducrot chamaram de pragmática integrada, e ainda o conjunto dos modelos que se reconhecem sob o *label* da linguística enunciativa.

O fato é que, antes de mais nada, os enunciados, tal como as unidades, determinam em grande parte os contextos nos quais eles ou elas podem aparecer. É o que marca o próprio conceito de distribuição. Com efeito, dizer que as unidades têm uma distribuição, é dizer que têm um modo de emprego, que não podem ser empregadas de qualquer maneira, e que, consequentemente, determinam seu contexto de inserção – e o tipo de discurso no qual podem se inscrever. Se retomarmos o exemplo do verbo *tenir*, notamos que ele é compatível com sujeitos mobilizando itens lexicais como *tableau* [quadro], *mariage* [casamento], *sardine*, [sardinha], mas que é bem menos compatível com um sujeito como *le citron* [o limão]. *Le citron tient* constitui então um enunciado, se não inaceitável, pelo menos custoso, na medida em que será preciso reconstituir um contexto mais amplo no qual pode fazer sentido evocar ora um limão que começa a ficar passado (um limão comprado há muito tempo), ora um lugar que lhe deixamos em um recipiente⁶. Vemos, aqui, a importância do efeito operado pelo próprio verbo *tenir* sobre seu contexto de inserção, quando, de um lado, ele pré-seleciona tipos de sujeito e, de outro, determina com precisão o tipo de cenário no qual o enunciado vai se inscrever. Sem dúvida, o verbo sendo polissêmico, há ao menos dois tipos de contexto possíveis – contexto que remete ao que cabe, contexto que remete ao que se mostra firme –, mas esses dois tipos não são quaisquer, e é precisamente o valor do verbo que os determina. Lidamos, assim, com uma relação entre unidade e contexto que se apresenta em mão dupla: cada unidade determina seus tipos de contexto de inserção e encontra-se definida, em sua identidade própria, pelos tipos de contexto em questão, que são o que constitui sua distribuição; em retorno, é o contexto efetivo no qual a unidade aparece que permite determinar qual é o valor efetivo que ela vai adquirir. De fato, está em jogo uma relação do ovo e da galinha com uma determinação que se dá em sentido duplo. Contudo, se admitirmos que a distribuição da unidade é o que funda sua identidade, isso significa que é na identidade das unidades linguísticas que se encontra a determinação da forma adquirida pelos discursos nos quais elas aparecem: a língua determina os discursos que permite produzir.

Pode-se repetir a análise no nível dos enunciados: se acreditamos nos dados da pragmática integrada, um enunciado qualquer informa o tipo de discurso no qual pode se inscrever (Anscombe e Ducrot, 1983). Sendo assim, a língua se vê determinando o discurso. É, por exemplo, o que mostra o contraste seguinte, retomado de Ducrot (1972), pelo fato de esses dois enunciados não se inscreverem nos mesmos contextos:

(3) *Donne-moi peu d'eau* [Dê-me pouca água]

⁶ Nota do Trad. Voltamos assim às contextualizações já mencionadas em relação a *Ça tient*, em que ora temos *Cabe* – o limão cabe no recipiente – ora temos *Aguenta*, suporta, no caso, de um limão que está firme apesar de ter sido comprado há mais tempo.

(4) *Donne-moi un peu d'eau* [Dê-me um pouco de água]

Como sabemos disso? É o próprio enunciado que nos diz, por meio da diferença entre *peu* e *un peu*. Mais precisamente, (3) permite reconstruir um contexto em que o interlocutor estava servindo o locutor ou se oferecia para fazê-lo e a injunção visa a parar seu gesto, o que pode implicar, eventualmente, que o locutor vai tomar um pouco mais de vinho. Por outro lado, se o enunciado dificilmente permite reconstruir um contexto em que, para o interlocutor, nada acontece, este poderia, sim, provocar da parte deste uma reação do tipo: *Mas eu não estava te oferecendo nada!*

Vejamos agora um enunciado de Culoli (1999), em uma perspectiva enunciativa:

(5) *Un si gentil jeune homme! [Um moço tão gentil!]*

Trata-se de um enunciado particularmente bonito e interessante, na medida em que é um enunciado mínimo, sem verbo nem referência particular a uma situação, e que, contudo, por si só e graças a um certo número de marcadores nele contidos (o determinante *un* [um], o advérbio *si* [tão]), determina o tipo de cenário ao qual se integra, que não pode ser qualquer. Esse enunciado nos conta até uma pequena história: é preciso que algo tenha acontecido – um acidente, uma mesquinharia, um crime etc. – que vai contra a gentileza em questão⁷.

Temos, uma vez mais, uma inversão do raciocínio, *i.e.* o enunciado determinando um contexto, a língua incluindo seu discurso.

Existe outro modo de mostrar que a língua determina o discurso ao considerar outro tipo de unidades: de um lado, o que se conhece por “palavras do discurso” (Paillard, 1998), cuja função está dada pela própria denominação, por exemplo, conectores muito estudados como *mais* [mas] ou “advérbios” como *enfin* [enfim]; de outro – e mais amplamente – “as unidades gramaticais”, que formam essa classe fechada da qual fala L. Talmy (2000a, 2000b, 2011) em seus trabalhos. Essas unidades gramaticais trabalham a sintaxe e participam tanto da enunciação quanto da construção da referência: enquanto tal, constroem o discurso.

No que diz respeito às unidades gramaticais, é preciso ver – e, mais uma vez, a ordem do ovo e da galinha se inverte – que a relação de determinação discursiva não é algo “a mais” de um valor linguístico que seria primeiro: ela constitui o valor linguístico próprio dessas unidades – e, sendo assim, encontra-se inscrita na língua.

Ora, essa nova inversão vale de forma mais geral. Com efeito, no que diz respeito ao enunciado (cf. o cenário no qual se insere o enunciado 5, por exemplo), suas

condições de emprego – mudança radical que contradiz as propriedades de gentileza do moço – formam o próprio sentido do enunciado, de modo que, para descrever esse sentido, a melhor maneira de proceder é a de procurar seu contexto e a de descrever suas condições de emprego. O contexto não é um acréscimo, um algo “a mais”, mas é constitutivo do enunciado e de seu valor.

E o mesmo pode ser dito a propósito das unidades lexicais: suas condições de emprego constituem seu sentido. É o que defende, em particular, uma abordagem do sentido lexical que se desenvolveu no âmbito das teorias de enunciação em torno dos trabalhos de Culoli, abordagem em que as unidades tiram sua identidade do que se conhece por sua “forma esquemática” (1990a), que é o modo singular pelo qual elas ordenam seu contexto de inserção. Esta noção de forma esquemática vincula-se a uma tradição inaugurada por Benveniste (1966d), que sempre seguiu e reivindicou uma abordagem desta natureza para descrever as unidades: daí as caracterizações relativamente abstratas às quais chega, como, por exemplo, a caracterização do *prae* causal na seguinte passagem:

Aparece de imediato que este emprego obedece a condições estreitas: 1º *prae* causal tem sempre por complemento um termo de sentimento; 2º esse termo de sentimento afeta sempre o sujeito do verbo, de modo que a condição enunciada por *prae* está em relação interna e “subjetiva” com o processo verbal, o sujeito do processo sendo sempre o possuidor do sentimento (Benveniste, 1966a, p.132)

Vê-se, por meio desse exemplo, uma busca constante e sistemática do contexto, fato que pretende combater a ideia de que as unidades teriam um sentido “simples”: *prae* não é redutível à categoria da causa; é preciso, para caracterizar essa preposição, olhar seu contexto.

É exatamente deste modo que a teoria das formas esquemáticas busca proceder. Assim, para descrever o valor de uma palavra como *fil*⁸ (DE VOGUÉ, 2004), convém escrever o modo como essa palavra ordena seu contexto, isto é, os diferentes elementos que “solicita” e o modo como os afeta: chegamos, é certo, a uma caracterização abstrata (mas a abordagem de Benveniste também o é), mas que pretende dar conta, por meio dessa abstração, da estruturação do contexto e, ao mesmo tempo, do conjunto das variações do qual este é objeto: “*Fil* introduz x, que é a manifestação continuada em um ponto *P*, de um percurso *X* que constitui o modo de ser *Y* de *y*”.

Tal caracterização diz ser preciso, no contexto, explicitamente ou implicitamente, um elemento *y* (o complemento do nome em *fil du temps* [fio do tempo]/*fil du collier* [fio do colar], *fil de l'épée* [fio da espada]/*fil de l'histoire* [fio da história]/*fil de coton* [fio de algodão], ou mesmo,

⁷ Nota do Trad. Semelhante determinação pode ser observada em português, em que “Um moço tão gentil!” tende a evocar que não se esperava do moço que fizesse o que fez – que roubasse, que enganasse as pessoas etc. – ou que sofresse um revés, um acidente etc.

⁸ Nota do Trad. Traduzida, em muitos exemplos, por *fio*, como vemos na sequência do texto.

se expandimos ao verbo *filer*, o sujeito em *L'oiseau fila* [O pássaro safou-se]/ *Le temps file* [O tempo escoa]/ *Mon bas a filé* [Minha meia-calça desfiou], com um modo de ser Y (o tempo passa, o colar é linear e fechado, o pássaro voa etc.), constituído por um percurso X (a linearidade), que passa por um ponto P (o ponto em que essa linearidade teria podido ser interrompida). *Fil* diz então a manifestação contínua neste ponto P deste percurso X.

A tese central dessa história é, consequentemente, que as unidades, mesmo as mais aparentemente “concretas”, referem-se, na verdade, a um esquema desse tipo, mobilizando um contexto e relações entre elementos desse contexto. Na verdade, podemos nos perguntar se isso vale verdadeiramente para todas as unidades. A questão coloca-se, em particular, para as palavras que chamamos termos, que nos instigam a saber se não são demasiadamente concretas e denotativas para pôr em cena uma tal relação⁹. Voltamos a essa questão na sequência.

Isso também se observa, a nosso ver, para as unidades gramaticais. Neste caso, sustentamos que o conceito de forma esquemática não se aplica a essas unidades, e isso por considerar, tal como Talmy (2011) e diferentemente de Col (2011), que elas não têm o mesmo comportamento, o que se manifesta pelo fato de não apresentarem uma distribuição singular, a não ser a que compartilham com o conjunto das outras unidades da classe distribucional na qual são consideradas: por exemplo, uma marca de pessoa tem a mesma distribuição que todas as outras marcas de pessoa. A partir disso, essas marcas não podem ser identificadas em sua singularidade por sua distribuição, mas o são por sua diferença com as outras unidades de sua classe. Isso significa que as unidades gramaticais se definem paradigmaticamente (sua posição na sua classe é o que faz sua singularidade), enquanto as unidades lexicais se definem sintagmaticamente (sua combinatória é o que faz a sua singularidade).

Essa oposição já se encontra em Saussure, no capítulo V da 2^a parte do *Curso* (1969) sobre as relações associativas, quando diz que apenas as unidades gramaticais são efetivamente diferenciais, enquanto as unidades lexicais não o são (as relações associativas nas quais se inscrevem são, ao contrário, fundamentadas sobre “algo” que elas têm “em comum”). Isso explica, além disso, que as classes de unidades gramaticais sejam classes fechadas: na medida em que o que funda a unidade gramatical é a sua diferença com os outros, se uma nova unidade é acrescentada, a identidade de cada unidade da classe se encontra afetada. Ao contrário, para as unidades lexicais, pelo fato de estas não estarem em concorrência umas com

as outras, o acréscimo de uma unidade não modifica a integridade de suas vizinhas.

As unidades gramaticais não tiram sua identidade singular de uma distribuição que seria singular. Resta, no entanto, que elas também têm por valor um certo ordenamento do discurso. Então, em todos os casos (unidades gramaticais, lexicais e enunciados), a determinação discursiva não é um “a mais”, mas é constitutiva da língua. Ora, isso complica sensivelmente a relação língua-discurso, que vai se encontrar válida nos dois sentidos. A língua determina o discurso: a língua é, portanto, primeira. Mas o determina de tal modo que o integra: de certa maneira, a língua se encontra inteiramente nesse discurso que determina, nesses discursos que permite produzir. Isso quer dizer que o discurso é determinante da língua – e uma nova inversão se dá: na língua, tudo é uma questão de discurso. Nesse sentido, mas nesse sentido apenas, o discurso vem primeiro.

Pode-se, a partir daí, voltar aos fatos que foram evocados para marcar a relação de determinação que o discurso operaria sobre a língua, em particular aos efeitos de polissemia ou de ambiguidade ilustrados por (1) e (2). Ocorre que se pode explicar uma parte importante desta polissemia, já que, longe de ser estritamente qualquer e exclusivamente dependente dos caprichos do contexto, ela pode proceder de um verdadeiro cálculo do qual se pode dar conta, cálculo em si operado pela língua.

Consideremos o exemplo: (6) *Il a bu* [Ele bebeu] (de Vogué, 1999).

Esse exemplo é ambíguo, no sentido em que pode significar *ele foi alcoólatra* (ele bebeu, mas não bebe mais), *ele ingeriu algo* ou ainda *ele está bêbado* (ou satisfeito, ou a garrafa está vazia etc.).

Poderíamos explicar essa ambiguidade ao reportá-la apenas ao contexto – e ao ver nele uma nova confirmação do papel determinante tido pela situação discursiva para decidir o sentido das unidades da língua. Ela inscreve-se, porém, em um princípio de variação que lhe é absolutamente regular e, portanto, previsível. Com efeito, no primeiro caso, *boire* [beber] é tomado como uma qualidade (“ser alcoólatra”); no segundo, diz-se que algo ocorreu (houve ingestão), o que significa que a referência do processo não é uma simples qualidade, mas uma quantidade; e no terceiro, em que o que ocorreu provocou efeitos, o quantitativo encontra-se articulado a um qualitativo diferenciado que corresponde a seu fim ou a sua finalidade¹⁰. Pode-se, portanto, conferir uma ordem a esta polissemia e, ao invés de supor que é produzida pelo exterior e pelo discurso, dizer que é a própria língua que a organiza. Há princípios de variação nas línguas.

⁹ Ver os trabalhos de Planchon, 2008, sobre uma palavra como *singe* [macaco] que poderíamos considerar como um termo, mas cujo caráter relacional é mostrado pelo autor, que propõe, para essa palavra, uma forma esquemática.

¹⁰ Nota do Trad. O autor mostra, portanto, que um exemplo como “Ele bebeu” evoca três contextualizações não quaisquer, a primeira em que se remete a uma qualidade (“Ele é alcoólatra”), a segunda em que se marca que houve algo bebido, e a terceira em que, além de existir algo bebido, esse bebido conduziu a determinados efeitos (“a garrafa está vazia”, o que mostra que o que havia para se beber foi bebido).

Há princípios de variação nas línguas. Determinar esses princípios constitui uma das tarefas importantes do linguista, por ser o que permite compreender o porquê de existir tanta polissemia e tanta ambiguidade nas línguas: é apenas porque os contextos são variados? Resposta: apenas em parte, já que é antes pelo fato de a língua produzir, por si só, variação. Uma das tarefas, portanto, que se dá o linguista, é a de dar conta dos princípios regulares dessa polissemia (no nosso exemplo, trata-se da natureza quantitativa ou qualitativa da referência, mas há outros princípios, concernindo, em particular, a variedade dos modos de combinação entre unidades e também o modo de construção das entidades referenciais etc.). O importante é que é na língua que vamos encontrar as regras que presidem esta variedade: seja no plano das unidades ou no dos princípios estruturantes que organizam a língua, reencontramos a ideia de que a língua integra o discurso, em suas modalidades e em suas variações. É dizer que a língua é primeira e autônoma e, ao mesmo tempo, que está por inteira neste discurso que ela determina.

Pode-se ter o mesmo raciocínio para a cognição: poderíamos, com efeito, mostrar que a língua constrói cognição, constrói saber, visto serem as formas esquemáticas definidas acima construções cognitivas, modos – abstratos com certeza – de pensar o mundo: por exemplo, de pensar o que é um *fil* [fio] como tendo uma relação com outro elemento, este elemento notado *y* na forma esquemática, cujo *fil* [fio] é a manifestação. O fato é que as entidades do mundo que chamamos *fils* [fios] parecem constituídas por uma reduplicação deste tipo, entre duas linearidades, uma reduplicando a outra: o *fil* [fio] é uma fibra, que, como se sabe, uma vez fiada, deu o fio e que é necessária à obtenção de um fio. Nesse sentido, há muito saber na forma esquemática: há este saber que diz respeito ao vínculo entre fio e fibra, toda a tecnologia da fiação que lhe pode ser associada, a própria noção de têxtil, que se define como um material constituído destas fibras que podem ser fiadas. De um modo geral, o sentido é uma maneira de pensar o mundo e trata-se, com certeza, de uma configuração cognitiva construída pela língua. Por meio do sentido, a língua constrói saber e cognição.

Dito isto, a relação é mais complexa, o que vai nos levar a inverter uma vez mais a relação entre o ovo e a galinha. E isso pela simples razão de que há outras cognições além daquela construída pela língua, como lembra Talmy. A cognição, é o que a língua quer dizer, é o que trabalha a língua, mas a língua não é a única a dizê-la e não a diz jamais de modo exato. Em outras palavras, se *fil* [fio] diz coisas sobre o(s) fio(s), ele não diz tudo sobre o que um fio é, sendo apenas um discurso possível sobre o fio.

Esse modo de organizar as relações entre o cognitivo e o linguístico encontra-se formulada em Culíoli

(1990b) em termos de níveis: o nível um, o do cognitivo; o nível dois, o do linguístico; e o nível três, do metalinguístico, que não nos concerne nesse debate. Nada mais banal à primeira vista: as línguas (nível 2) falam do saber do mundo (nível 1)¹¹. O que não é banal entre o nível 1 e o nível 2, é que, precisamente, não se trata de uma relação de coincidência: não é dito que o cognitivo funda o linguístico (o que é esquematicamente a posição de Cadot e Lebas) e também não é dito que a linguística fabrica o cognitivo (o que seria uma posição radical à maneira de Sapir), pela simples razão de que não há jamais coincidência. O nível 2 só faz tentar reformular o cognitivo: a língua é uma reconstrução do cognitivo.

Como último ponto, para avaliar o modo como a língua integra tanto o discurso quanto a cognição, vale voltar aos valores evocados no caso do exemplo da louça, que parecem inseparáveis do discurso social que os contém e da cognição que esse discurso veicula. Há unidades para as quais não é de fato possível fazer abstração desse discurso social, porque são feitas para nomear e descrever os objetos e as práticas que ele recobre: são vocábulos que chamamos termos, aos quais aludimos precedentemente, cujo exemplo *singe* [macaco] é, sem dúvida, um caso discutível, do qual faz parte também a palavra *vaisselle* [louça] ou a expressão *faire la vaisselle* [lavar (a) louça], mas que podemos ilustrar por meio de exemplos mais indiscutíveis como o termo *mononucleose* (Bejoint e Thoiron, 2000). Para estes, não serve de nada procurar a forma esquemática, pois funcionam tal como as etiquetas funcionam, tomadas em uma nomenclatura e, portanto, estritamente distintivas. Eles definem-se, a partir de então, não por um comportamento sintagmático particular, mas por uma posição paradigmática; seu sentido se reduz ao referente que recortam; são fixados por convenção ao invés de ser determinados arbitrariamente por um sistema do qual ninguém seria o senhor (por convenção, especialistas decidiram chamar *mononucleose* tal doença); e são próprios a um campo social em que é preciso ter um saber particular para entender o que querem dizer (este termo, por exemplo, faz parte do vocabulário da área médica).

O problema é que, de um dado ponto de vista, a separação entre palavra e termo é evidente, mas, de outro, é mais difícil, com idas e vindas quando uma palavra torna-se um termo ou reciprocamente, sobretudo pela intrusão, em todas as palavras e em graus variados, do referente que se tem nos termos: é o que conduz linguistas como Corbin (1991) e Temple (1999) a distinguir entre sentido linguístico e sentido atestado, apenas o primeiro sendo, segundo os autores, linguisticamente determinado, quando o segundo – que é o que os dicionários geralmente reconstituem – compreende especificações acrescentadas pelos usuários da palavra e pelas quais a língua não é

¹¹ Ver, ainda, Culíoli e Normand, 2005.

responsável (por exemplo, o fato de que a palavra *frasier* designa um vegetal ou um doce, enquanto a palavra *bananier*, um vegetal ou um cagueiro). Também não é evidente que os termos sejam verdadeiramente exteriores à língua: as especificações acrescentadas no sentido atestado não são nem por isso quaisquer (é preciso que a entidade *x-ier* produza ou contenha *x*) e é, de fato, a língua que as condiciona. Por outro lado, a passagem de palavra a termo ou reciprocamente não resulta apenas de intervenções exteriores, com um corpo social se apropriando de uma palavra para dela fazer um termo ou, ao contrário, deixando o termo viver sua vida linguística de palavra: referimo-nos, por exemplo, ao estudo feito por Benveniste (1974) para reconstituir a história da palavra *menuisier*, em que é mostrado que a passagem de *menu* a *menuisier* – ao incorporar, simultaneamente, o trabalho da madeira e a designação de um ofício – se dá por meio de derivações complexas, de adjetivo a verbo e a substantivo, que são, antes de mais nada, operações de natureza linguística. Ora, essas passagens correspondem perfeitamente a um trabalho de integração, pela língua, desse discurso social: quando o termo se torna palavra, é a língua que incorpora o saber do discurso social; quando a palavra torna-se termo, ao fazer isso, condiciona o discurso social.

O que vale para os termos veiculando saberes, práticas ou discursos sociais, vale tanto para os termos singulares, próprios a um autor, a um pensamento singular que se elabora e se formula por meio de um discurso singular. É o que os trabalhos de Benveniste ainda atestam: sobre a noção de “ser” (1966c), ele não sustenta apenas que a palavra grega determinou as condições de sua emergência na filosofia grega; na verdade, ele sustenta antes a relação inversa, com o termo emergindo na língua, sob essa forma de infinitivo substantivado, na medida em que a filosofia grega constrói a noção. O mesmo ocorre com a noção de “ritmo” (1966b), inventada com a palavra pelos filósofos, se acreditarmos em sua análise da história do conceito (história do conceito ou da palavra, os dois caminhando juntos). É o que atesta também o estudo feito por Franckel e Lebaud sobre as palavras da percepção em *Les figures du sujet* (1990), alimentado por efeitos de ressonância das elaborações dos filósofos da percepção, ou ainda do estudo sobre a palavra *forme* (Franckel e Lebaud, 2006), que mobiliza crucialmente as diversas teorias da forma, seja na psicologia, filosofia, lógica ou mesmo na linguística (com a ocorrência dessa palavra na expressão *forme schématique* [forma esquemática], entre outros exemplos). Nesta relação entre a palavra e esses discursos singulares, vê-se que não é mais só com distinções referenciais que a palavra se encontra posta em perspectiva, mas também com elaborações conceituais, a ponto de palavra e conceito parecerem indissociáveis

Entre palavras, termos e empregos singulares, temos, portanto, essas trocas que alimentam a língua e esses efeitos de ressonância que lhe conferem sua espessura

referencial e cognitiva. Isso significa que tanto a cognição como o discurso, ao invés de serem apenas exteriores, encontram-se literalmente integrados à língua, integrados em seu conteúdo e em seu modo próprio de ordenamento.

As línguas são construções semióticas autônomas, mas que, de um lado, determinam o discurso e, de outro, integram campos inteiros do saber, tanto no plano referencial, quanto no plano conceitual. Estudá-las enquanto tais, o que é o objeto das ciências da linguagem, permite, consequentemente, esclarecer, ao mesmo tempo, nosso conhecimento dos discursos sociais, nossa compreensão dos discursos singulares e nosso entendimento de estruturas e operações que organizam nossa apreensão cognitiva do mundo.

Referências

ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. 1983. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles, Mardaga, 184 p.

BEJOINT, H.; THOIRON, P. 2000. *Le sens en terminologie*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 281 p.

BENVENISTE, E. 1966a. *Le système sublogique des prépositions en latin. Problèmes de linguistique générale* 1, Paris, Gallimard, p.132-139.

BENVENISTE, E. 1966b. *La notion de «rythme» dans son expression linguistique. Problèmes de linguistique générale* 1, Paris, Gallimard, p. 327-335.

BENVENISTE, E. 1966c. *Catégories de pensée et catégories de langue. Problèmes de linguistique générale* 1, Paris, Gallimard, p. 63-74.

BENVENISTE, E. 1966d. *Les niveaux de l'analyse linguistique. Problèmes de linguistique générale* 1, Paris, Gallimard, p. 119-131.

BENVENISTE, E. 1974. *Comment s'est formée une différenciation lexicale en français. Problèmes de linguistique générale* 2, Paris, Gallimard, p. 258-271.

BOURDIEU, P. 1982. *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard, 244 p.

CADIOT, P.; LEBAS, F. 2003. Monter et la constitution extrinsèque du référent. *Langages*, 150:9-30.

COL, G. 2011. Modèle instructionnel du rôle des unités linguistiques dans la construction dynamique du sens. In: J. CHUQUET, J. (ed.), *Le langage et ses niveaux d'analyse*. Presses Universitaires de Rennes, p. 45-60.

CORBIN, D.; CORBIN, P. 1991. Un traitement unifié du suffixe *-ier(e)*. *Lexique*, 10:61-145.

CRUSE, D. A. 1986. *Lexical Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press, 328 p.

CULIOLI, A. 1990a. *Formes schématiques et domaines. Pour une linguistique de l'énonciation* 1, Paris, Ophrys, p. 115-126.

CULIOLI, A. 1990b. *La linguistique: de l'empirique au formel. Pour une linguistique de l'énonciation* 1, Paris, Ophrys, p. 9-46.

CULIOLI, A. 1999. *Un si gentil jeune homme ! et autres énoncés. Pour une linguistique de l'énonciation* 3, Paris, Ophrys, p. 101-112.

CULIOLI, A., NORMAND, C. 2005. *Onze rencontres sur le langage et les langues*. Paris, Ophrys, 300 p.

DE VOGUE, S. 1999. Construction d'une valeur référentielle: entités, qualités, figures. *Travaux linguistiques du Cerlco* 12:77-106.

DE VOGUE, S. 2004. Syntaxe, référence et identité du verbe *filer*. *LINX* 50:135-167. <http://dx.doi.org/10.4000/linx.142>

DUCROT, O. 1972. *Dire et ne pas dire*. Paris, Hermann, 283 p.

FRANCKEL, J.-J. 1989. *Etude de quelques marqueurs aspectuels du français*. Genève, Droz, 484 p.

FRANCKEL, J.-J.; LEBAUD, D. 1990. *Les figures du sujet. A propos des verbes de perception, sentiment, connaissance*. Paris, Ophrys, 239 p.

FRANCKEL, J.-J. ; LEBAUD, D. 2006. Forme. *Antoine Culoli, Un homme dans le langage*. Paris, Ophrys, p.332-358.

JALENQUES, P. 2009. La synonymie en question dans le cadre d'une sémantique constructiviste. *Pratiques* 141/142:39-64.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. 1990. *Les interactions verbales*1. Paris, Armand Colin.

KERLEROUX, F. 1984. La langue passée aux profits et pertes. In: *L'empire du sociologue*. Paris, La Découverte, p. 53-69.

PAILLARD, D. 1998. Les mots du discours comme mots de la langue. *Le gré des langues*, 14:10-41.

PLANCHON, P. 2008. Le mot *singe* et ses dérivés. Variation sémantique et valeurs référentielles. In: J. DURAND ; B. HABERT; B. LAKS(eds), *Congrès Mondial de Linguistique Française, CMLF'08*, Paris. Disponível em: <http://www.linguistiquefrancaise.org>.

SAUSSURE, F. de. 1969. *Cours de linguistique générale*, Paris, Payot, 331 p.

TALMY, L. 2000a. *Toward a Cognitive Semantic* 1. Cambridge, MIT Press, 565 p.

TALMY, L. 2000b. *Toward a Cognitive Semantic* 2. Cambridge, MIT Press, 495 p.

TALMY, L. 2011. Comment le langage structure les concepts. In: J. CHUQUET (ed.), *Le langage et ses niveaux d'analyse*. Presses Universitaires de Rennes, p.23-32.

TEMPLE, M. 1999. Sens des mots et images du monde: les mots construits montrent leurs référents. *Le gré des langues*, 15:34-57.

Submetido : 16/01/2013

Aceito : 23/07/2013

Sarah de Vogué

Université Paris Ouest Nanterre

200 Avenue de la République, 92000, Nanterre, França.